

OCUPAÇÃO IRREGULAR E REVITALIZAÇÃO DO BECO DA ESPERANÇA NA CIDADE DE ARAÇATUBA – SP: PROPOSTA DE MANEJO SUSTENTADO DE USO DO ESPAÇO

ILLEGAL OCCUPATION AND REVITALIZATION OF HOPE'S ALLEYWAY IN CITY OF ARAÇATUBA – SP: PROPOSAL OF MANAGEMENT SUSTAINABLE USE OF SPACE

Hugo Santana CASTELETTO¹

Edison FORTES²

Resumo: Com o objetivo de analisar e compreender os problemas causados pela antropização de áreas de proteção permanente, este trabalho busca, em uma menor escala, observar mudanças físicas e sociais decorrente da remoção de 38 famílias que atualmente estão morando em uma situação de risco, mais precisamente no Bairro TV no município de Araçatuba-SP, levando em conta a proposta de manejo sustentado de uso do espaço proposto pela prefeitura municipal, onde essas famílias foram relocadas até um novo condomínio sustentável construído com verba da Secretaria de Planejamento de Araçatuba e ajuda da iniciativa privada. Foi levado em conta o fato de estarem ocupando uma área próxima de preservação permanente; e também a questão da situação habitacional encontrada no local, onde foi identificado a falta de saneamento básico, convivendo diariamente com o problema das enchentes. Foram feitas entrevistas com o Secretario do Desenvolvimento de Araçatuba e Presidente da COOPERHIDRO, a assistente social responsável pelas famílias que foram removidas e os moradores do novo condomínio. Assim, foi possível analisar através de estudos feitos sobre o planejamento, e conseqüentemente os dados fornecidos pela Prefeitura de Araçatuba, no intuito de identificar se houve ou não melhorias para esta população e na área de proteção permanente.

Palavras-Chave: Planejamento ambiental. Ocupação irregular. Sustentabilidade.

Abstract: Aiming to analyze and understand the problems caused by the anthropization of permanent protected areas, this study pursuit, in lower scale, to observe physical and social changes in reason of the removal of 38 families who actually are living in risk situation, precisely at TV neighborhood in city of Araçatuba-SP, taking into account the sustainable management proposal proposed by the prefecture, whereupon these families were relocated to a new sustainable townhouse constructed fund of Araçatuba's Planning Secretary and help of private initiative. It was taking account the fact that they are occupying a close area of permanent preservation; also the question of the habituation situation existed at the local, whereupon was identified lack of basic sanitation, living daily with flood problems. It was made interviews with the Development Secretary of Araçatuba, president of COOPERHIDRO, social assistant responsible for the families that were removable and residents of the new townhouse. Thereby, it was possible to analyze through studies about planning, and consequently

¹ Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2010), cursa mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é bolsista produtividade do CNPq, atuando principalmente na área de Análise Regional.

² Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutor em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá. Email: edison-fortes@hotmail.com

data provided by Araçatuba' Prefecture, aiming to identify whether had or not improvements to this population and in permanent protected area.

Keywords: Environmental planning. Illegal occupation. Sustainability.

Introdução

A ocupação desordenada é um problema antigo da população de todo mundo, fato é que, o crescente aumento da população mundial, junto à falta de políticas pública, aliado as formas de ocupação adotadas, levam a perceber a falta de planejamento, dado o fato de a maioria dos impactos ambientais serem causados pelos próprios humanos, sendo grande parte desses impactos causados por uma serie de fatores, dentre eles os loteamentos e ocupações irregulares que degradam áreas que deviam ser conservadas.

Como principal agente de degradação do ambiente, o homem vem durante anos modificando paisagens de forma que muitas de suas ações se tornam irreversíveis. Assim, em detrimento dos princípios do desenvolvimento sustentável, cabe ao homem definir as melhores formas de ocupação, um manejo racional para que assim perpetue os recursos para as próximas gerações.

No momento em que as mudanças climáticas, urbanização desordenada, desmatamento, secas e outros grandes impactos ambientais assolam o mundo, os estudos sobre planejamento vêm com uma nova proposta de valorização ao meio-ambiente e habitantes. Assim, através deste estudo temos o exemplo da cidade de Araçatuba-SP que propôs a remoção de 38 famílias que ocupavam irregularmente uma área de proteção permanente, às transferindo para um novo condomínio. A proposta inicial do projeto piloto do condomínio, não diz respeito apenas em ter uma casa para morar e sim uma casa com todos os componentes necessários para a infra-estrutura, como água, esgoto, energia, coleta de lixo e insumos que permitam um padrão de vida digno e humano, alicerçados pela sustentabilidade e respeito aos recursos naturais.

É enfatizado neste estudo, a melhoria na qualidade de vida das pessoas em consonância com a compreensão de preservação ambiental, analisando a revitalização da área degradada. Foram realizados acompanhamentos periódicos de todo o processo ocorrido, caracterizando, vida das famílias até a conclusão do projeto, levando em conta a legalidade das ações propostas junto às novas propostas formuladas, inserindo-as dentro do conceito de sustentabilidade.

1 Metodologia

Na metodologia do trabalho procuramos trabalhar com os dados retirados direto de questionários e informações sobre o processo de remoção das famílias. Assim, através de análises dos dados foi possível analisar o grau de satisfação da população com a nova condição de vida.

Obtiveram-se dados da Prefeitura Municipal de Araçatuba, onde dentro desses dados havia a caracterização sócio-econômica dos mutirantes; os processos legais e ideários que surgiram para que se efetivasse o projeto; aspectos sobre a revitalização da antiga área ocupada. Além desses dados fornecidos pela prefeitura, ainda foi aplicado um questionário com perguntas objetivas e mistas. Com os dados em mãos, entrevistas com as assistentes sociais responsáveis, e os órgãos competentes, foram possíveis traçar e exemplificar na forma deste trabalho, o processo presente e um prognóstico a respeito da qualidade de vida dessas pessoas, além do processo de revitalização da área.

A metodologia do trabalho se resume em análises de dados quantitativos e trabalhos de campo qualitativos, no que tange a qualidade de vida das famílias e o processo de revitalização da área do Beco da Esperança, em Araçatuba-SP observado através de conversas e fotos tiradas em campo.

2 Localização da Área de Estudo

A área de estudo (Beco da Esperança) localiza-se na cidade de Araçatuba – SP (Figura 1), mais precisamente localizada na região Noroeste do estado de São Paulo, onde sua ocupação se deu principalmente pelo fato da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

O Beco da Esperança caracteriza-se como um bairro de Araçatuba fundado em 1972, compreendendo entre o paralelo 21° 10' 50,60'' S e o meridiano 50° 27' 29,57'' O, localizando-se próximo ao afluente do rio Tiete, chamado de córrego dos Espanhóis.

O local é caracterizado por ser uma Área de Proteção Permanente, próximo ao Beco da Esperança, local de antiga ocupação de famílias, sendo um local de difícil acesso, devido à falta de infra-estrutura adequada no local, o que compreende rede de iluminação, rede de esgoto e asfalto, o que acaba por interferir diretamente no meio.



Figura 1 - Localização da cidade de Araçatuba no estado de São Paulo

3 Caracterização sócio-econômica dos mutirantes

Através da caracterização sócio-econômica dos mutirantes, foi possível observar os processos pelos quais habitantes do Beco da Esperança sofreram durante 40 anos de espera por um novo local para morar. Vemos que de acordo com dados como faixa etária, profissão, sexo, dentre outros, que os motivos pelos quais os mutirantes se encontravam naquela situação vêm de processos passados, pelos quais os pais dos atuais moradores passaram.

Desta forma observamos na Figura 2 a porcentagem de crianças, adolescentes e adultos dentre os 117 beneficiários do projeto.

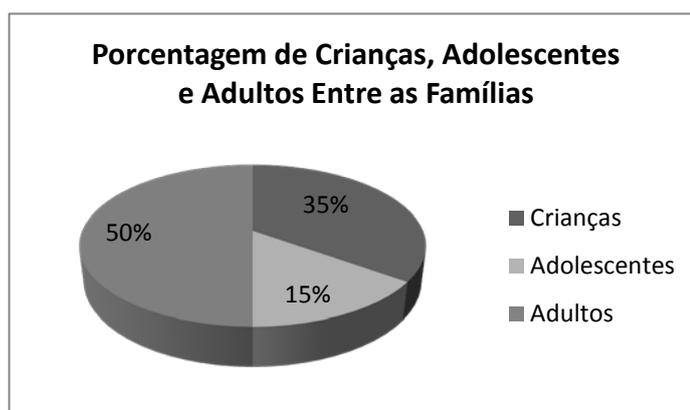


Figura 2 - Porcentagem de crianças, adolescentes e adultos entre os 117 mutirantes

Vemos na Figura 2 que em sua maioria os mutirantes são adultos - que compreende a faixa de idade de 18 a 40 anos de idade - o que reflete na alta porcentagem de crianças, dado

ao fato dos adultos, em sua maioria, possuírem no máximo até 40 anos de idade. Fato é que o Beco da Esperança foi inaugurado em 1979, ou seja, as primeiras famílias chegaram a mais o menos 40 anos atrás, que é exatamente a idade máxima dos adultos que moram no local.

À maioria desses adultos estão na faixa dos 18 aos 25, se estendendo até os 40 anos. A explicação nada mais é que, em épocas passadas estes “adultos”, eram as crianças que compunham o beco em 1979. Com o passar dos anos e a falta de infra-estrutura adequada, estas pessoas foram marginalizadas no local, onde ficaram desprovidos de saneamento básico, asfalto, luz e principalmente educação, o que fez com que eles se mantivessem no local pela falta de perspectiva futura, uma vez que não tiveram estudo de qualidade, muito menos empregos de qualidade.

Esta situação se perdurou durante 40 anos, cabendo à responsabilidade para a Prefeitura que acabou não fazendo políticas de inclusão social para estas pessoas. Isto fica ainda mais evidente quando observamos as figuras 3 e 4, onde nos mostra o grau de escolaridade dos maiores e menores de idade:

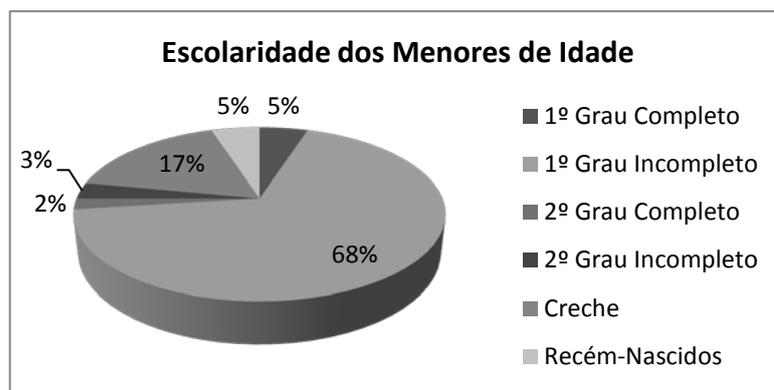


Figura 3 – Grau de escolaridade das pessoas menores de 18 anos do Beco da Esperança

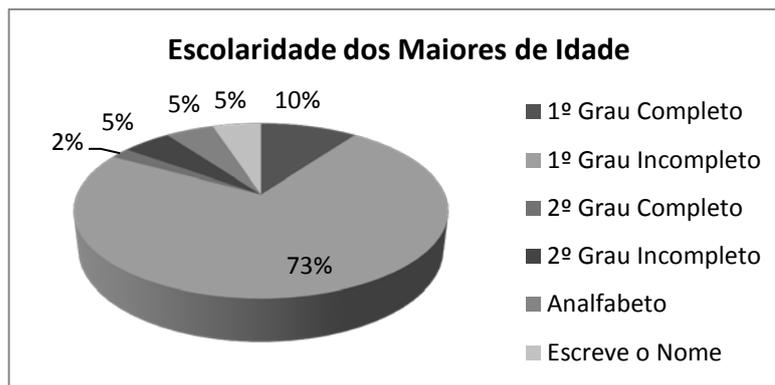


Figura 4 - Grau de escolaridade das pessoas maiores de 18 anos

Através das figuras 3 e 4 observamos que os problemas gerados no passado, são colhidos no presente. Assim, temos na maior dos adultos um grau de escolaridade baixo, sendo que 73% dessas pessoas não completaram o 1º grau e 10% são analfabetos ou apenas sabe escrever o nome. Desta forma vemos em sua maioria, o adultos se viram na necessidade de trabalhar quando eram crianças, deixando a educação de lado, o que acarretou uma margem salarial menor, levando-os em sua maioria, para trabalhos braçais.

Ainda sobre o grau de escolaridade, podemos fazer um prognostico a respeito dos menores de 18 anos. Vemos que 68% não completaram o 1º grau, dado ao fato de em sua maioria não possuírem ainda nem 12 anos, contudo a melhora nas condições do novo bairro trouxe a eles a oportunidade de colocarem seus filhos em escolas, desta forma cria-se a ideia de que futuramente estas crianças poderão ter uma chance além das oportunidades tidas pelos seus pais, dado ao fato de se localizarem agora em um bairro melhor localizado, com equipamentos urbanos.

Seguindo, apresentamos a Figura 5, onde observa-se o que havíamos falado anteriormente, sobre as formas de trabalho. Em sua maioria, os mutirantes trabalham em trabalhos braçais, predominando entre as mulheres o serviço de domestica e entre os homens o serviço de roça, como vemos nas figuras:

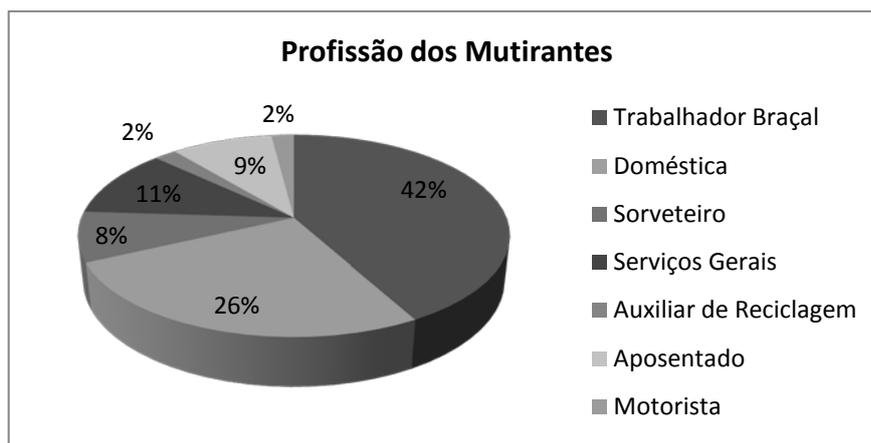


Figura 5 - Profissões exercidas pelo mutirantes

Nesta figura vemos os efeitos causados pela falta de estrutura no passado, além da falta de inclusão social para com estas pessoas. Como dissemos anteriormente, a predominância dos trabalhos braçais se deve ao fato dos habitantes não possuírem estudo adequado, levando-os a se juntarem a mão-de-obra barata.

Seja homem ou mulher, observamos claramente a divisão dos chefes de famílias, onde vimos através da pesquisa como se divide o sexo dentre os 117 mutirantes. Os dois gêneros mostram destreza quanto a trabalhos braçais como o de domestica para mulheres e trabalho em roça para homens. Assim, temos nas próximas figuras a classificação desta população quanto ao seu sexo (figura 6).

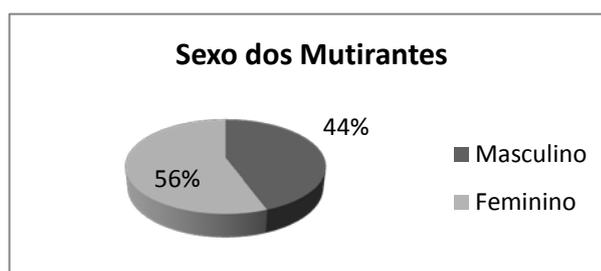


Figura 6 - Sexo dos mutirantes que residem no Beco da Esperança

Nestas figuras procuramos entender como são as relações entre os sexos na comunidade. Foi possível ver que a predominância da mulheres (56%) trouxe ao gênero uma igualdade entre eles. Vimos através de conversas com líderes comunitários que as mulheres são as grandes responsáveis pelas mudanças ocorridas durante os anos, tornando-as de suma importância para os mutirantes.

Somando-se todos estes fatos como, predominância de faixa etária, escolaridade profissão e até mesmo sexo, foi possível analisar alguns motivos que levaram essas pessoas a esta situação. A faixa etária torna esta população fora dos padrões de mão-de-obra especializada, o que os leva a empregos informais e de baixa renda, isto se dá pela falta de escolaridade, mostrada nas figuras 3 e 4. E porque não lembrar da influência do sexo, uma vez que em sua maioria de mulheres, não podemos esquecer que o gênero sofre uma discriminação na sociedade tendo, em muitos casos, salários mais baixos que os homens.

Aliados a fator renda mensal (Figura 7) e falta de infra-estrutura no passado, e equipamentos urbanos, trouxe um futuro não tão “gordo” a essas famílias que vivem com rendas mensais baixas, como explica o Figura 7:

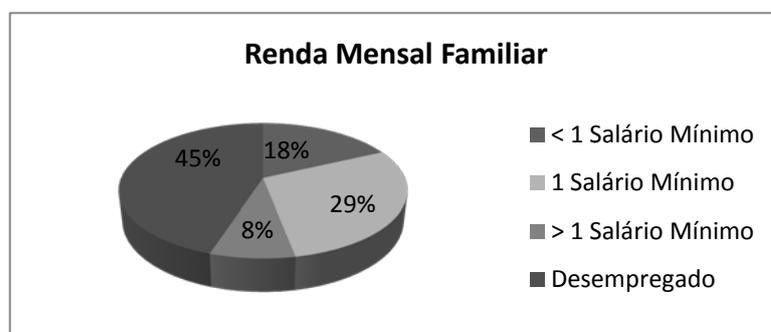


Figura 7 - Renda mensal das famílias quando viviam no Beco da Esperança

Vemos que quase metade dos mutirantes (45%), estavam desempregados quando residiam no Beco da Esperança, onde buscavam renda através de empregos informais, como catadores de lixo reciclável, “bóia-fria” e serviços de “diarista”. A explicação veio pelo motivo de não possuírem de fato uma casa, vivendo a margem da sociedade, em um local desconhecido pelo resto da população de Araçatuba, o que de certa forma gerava um preconceito por parte do setor privado e por parte dos próprios mutirantes.

4 Aspectos Legais Sobre a Remoção das Famílias

As áreas vistoriadas para o estudo deste trabalho compreende, primeiramente, na área que está inserida o Beco da Esperança, mais precisamente localizado no Bairro TV na cidade de Araçatuba – SP nas coordenadas 21° 10' 50.60''S e 50°27' 29.57''O (Figura 8).



Figura 8 - Imagem aérea e foto da área que compreende o Beco da Esperança

Em seguida mostramos a localização da área atualmente ocupada pelas famílias removidas. Assim a área se localiza mais precisamente no Bairro Roseli na cidade Araçatuba nas coordenadas $21^{\circ} 10' 50.45''\text{S}$ e $50^{\circ} 27' 39.93''\text{O}$ (Figura 9).



Figura 9 - Imagem aérea e foto da área que compreende o Condomínio Vitória

Foi possível qualificar as áreas escolhidas para o estudo, de acordo com sua localização em consideração no Plano Diretor do município de Araçatuba. Assim, identificamos as formas legais pelo qual se passou o processo (Figura 10 e 11)

A princípio, identificamos a área que corresponde ao Beco da Esperança, área esta que se localiza, segundo o Plano Diretor de Araçatuba, em uma área de Qualificação Urbana na subdivisão Zona 2 (Zona de Ocupação Condicionada – Figura 10).

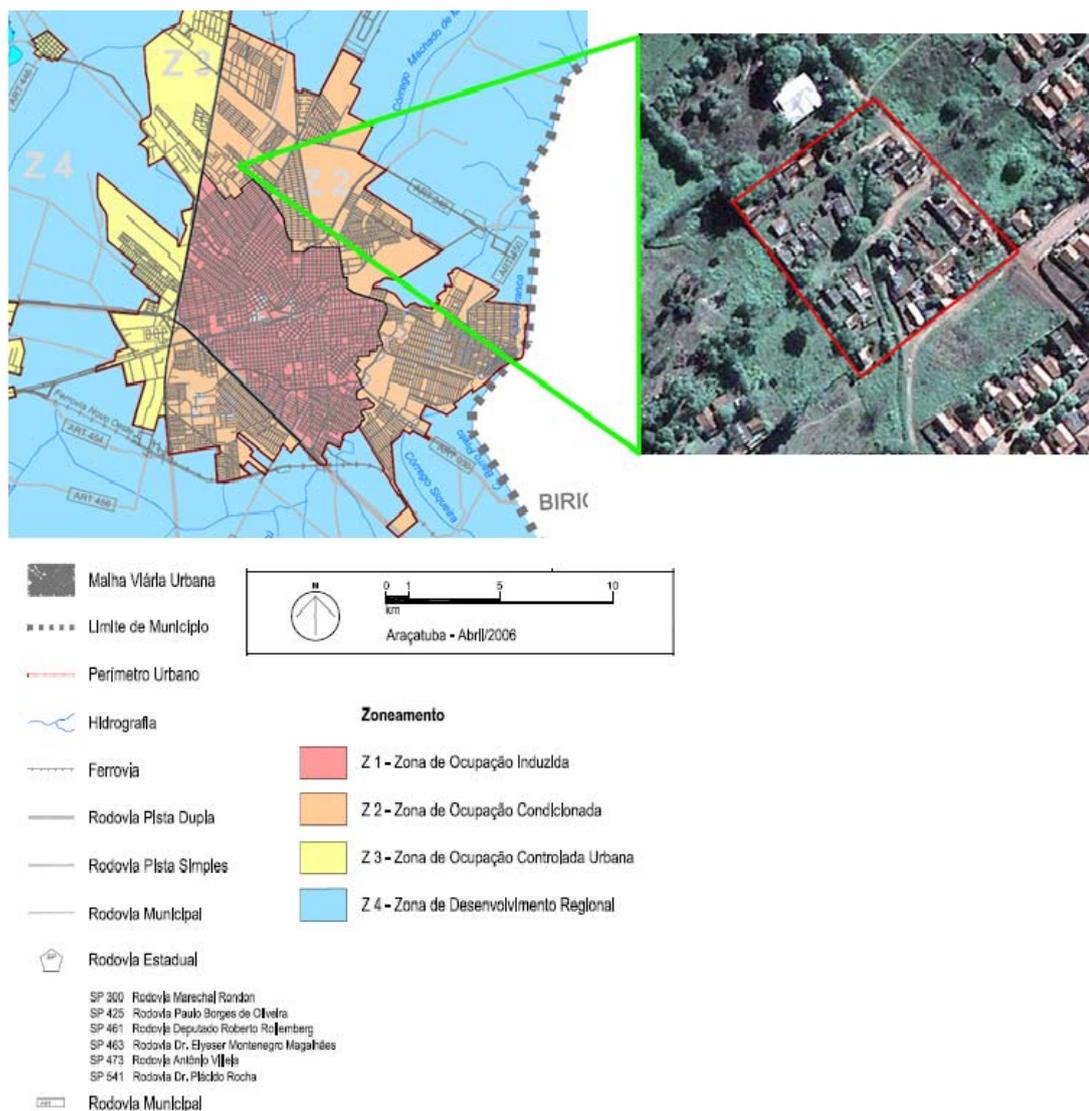


Figura 10 - Comparação da localização do Beco da Esperança com o mapa de macrozoneamento do Plano Diretor de Araçatuba.

FONTE: Plano Diretor do Município de Araçatuba, 2006.

Desta forma temos a Seção II da Lei Complementar nº168 de 6 de outubro de 2006, o item que destaca este tipo de ocupação mostrado na Figura 18 deve seguir o seguinte padrão:

Art. 26. A Zona de Ocupação Condicionada – Zona 2 é composta por áreas com predominância de uso misto do território e com grande diversidade de padrão ocupacional

Art. 27. A Zona de Ocupação Condicionada – Zona 2 apresenta as seguintes características:

I - fragmentação e descontinuidade do sistema viário;

II – presença de áreas com carência de infra-estrutura urbana;

III – ocorrência de bolsões com deficiência de áreas públicas ou de equipamentos públicos;

IV – ocorrência de bairros que exigem a transposição de barreira da mobilidade urbana em razão da Rodovia Marechal Rondon – SP-300;

Art. 28. A Zona de Ocupação Condicionada - Zona 2 tem como diretrizes:

I – recuperação urbana, social e ambiental;

II – promover as medidas necessárias para assegurar as condições urbanísticas e ambientais adequadas, visando a equacionar os conflitos de uso e ocupação do solo;
III – respeitar os usos consolidados;
IV – promover a diversidade de uso e de padrão social para atrair comércio, serviços e atividades que gerem emprego e renda;
V – prover áreas infra-estruturadas para uso de habitação popular;
VI – adequar o sistema viário urbano nas regiões de morfologia fragmentada;
VII – adequar a transposição da Rodovia Marechal Rondon – SP-300;
VIII – adequar o sistema de drenagem;
IX – estabelecer que os novos parcelamentos garantam o provimento da infra-estrutura de acordo com o impacto que sua implantação acarrete nas imediações, além das exigências previstas na legislação que trata do parcelamento do solo.

Parágrafo único. *Ficam enquadrados na Zona de Ocupação Condicionada - Zona 2 os perímetros delimitados no Anexo – Mapa 30 desta Lei.*

Passando para a segunda área (Figura 13), percebemos que a remoção feita foi de acordo com a disponibilidade das Áreas de Interesse Social, que são áreas utilizadas para expansão territorial da cidade, principalmente para construção de habitação. Temos então, o Condomínio Vitória (Bairro Roseli) da seguinte forma (Figura 11):

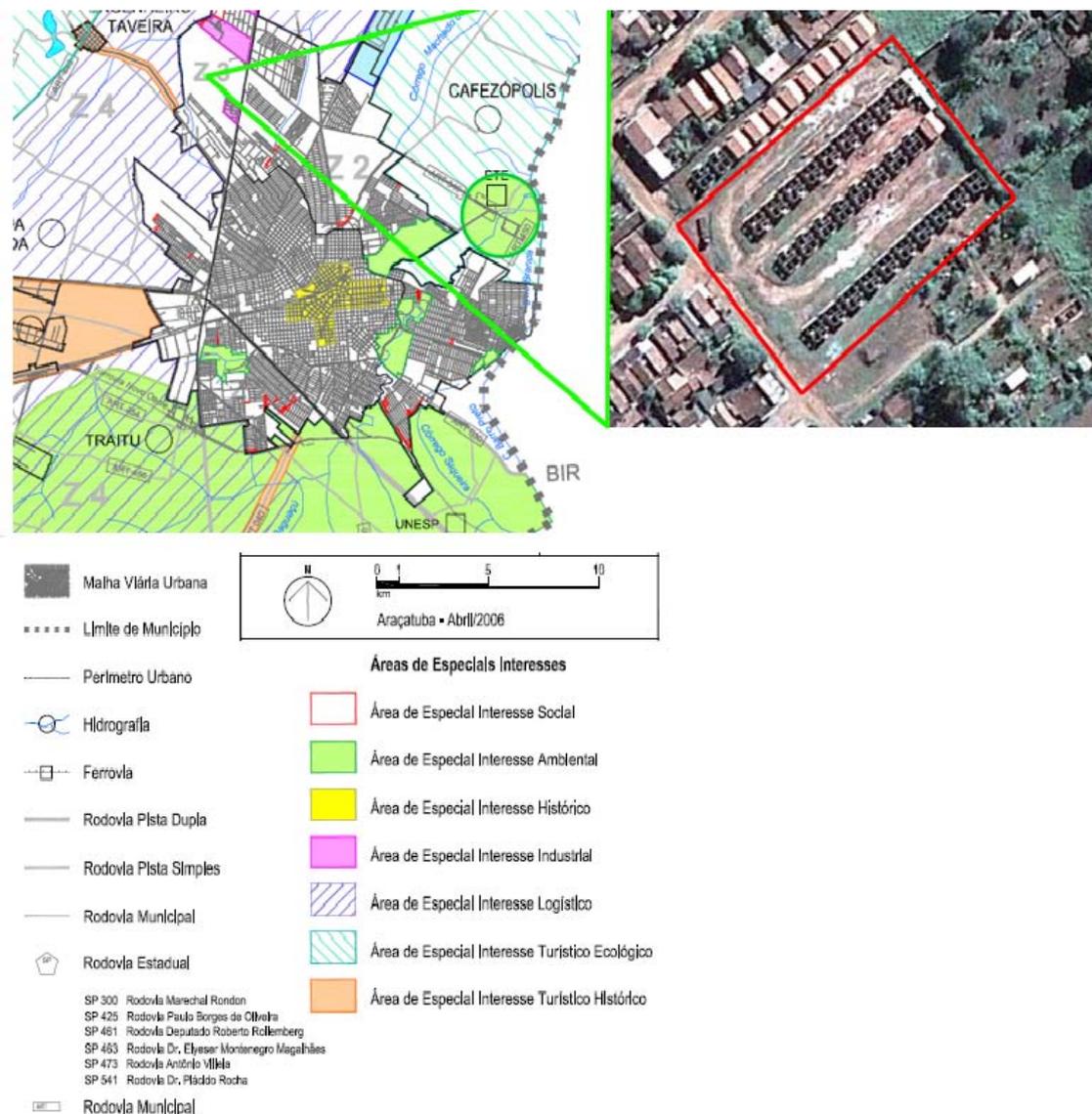


Figura 11 - Comparação da localização do Condomínio Vitória com o mapa de Áreas de Especiais Interesses do Plano Diretor de Araçatuba.

FONTE: Plano Diretor do Município de Araçatuba, 2006.

Temos então na Seção VIII da Lei Complementar nº168 de 6 de outubro de 2006, sobre as Áreas de Interesse Social (Figura 11):

Art. 59. As áreas especiais de interesse social são porções do território destinadas a proporcionar condições de moradia à população de baixa renda, classificadas em AEIS 1 e AEIS 2.

Art. 60. As Áreas Especiais de Interesse Social 1 são as áreas identificadas nos perímetros delimitados no Anexo – Mapa 32 desta Lei

Art. 61. As áreas definidas como AEIS 1 são aquelas ocupadas por populações de baixa renda, abrangendo ocupações espontâneas, loteamentos irregulares ou clandestinos, carentes de infra-estrutura urbana e social, na qual se pretende a implementação de programas habitacionais, podendo contemplar:

I – reurbanização;

II – remoção com reassentamento;

- III – regularização urbanística, física e fundiária;
- IV – recuperação de imóveis degradados;
- V – provisão de infra-estrutura, equipamentos sociais e culturais;
- VI – espaços públicos qualificados, serviços e comércio de caráter local.

Art. 62. As áreas definidas como AEIS 2 são compostas por empreendimentos de iniciativa pública ou órgão institucional, já constituídos ou em implantação, destinados às habitações de interesse social, dotados de infra-estrutura e de serviços urbanos ou que estejam recebendo investimentos dessa natureza.

Art. 65. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regularizar os assentamentos em AEIS 1, cujas ocupações não apresentem riscos, ou, quando couber, reassentar a população moradora em outras áreas.

Art. 66. O empreendimento destinado a regularizar loteamentos, favelas e ocupações de áreas públicas ou privadas deverá ser precedido de plano de urbanização específica de interesse social.

Art. 67. O plano de urbanização para cada área especial de interesse social – AEIS será estabelecido por lei municipal, após manifestação do Conselho Municipal de Planejamento, e deverá prever:

I – índices e parâmetros urbanísticos para o parcelamento, uso e ocupação do solo, respeitadas as normas básicas estabelecidas nesta Lei;

II – forma de participação da população na implementação e gestão das intervenções previstas;

III – fontes de recursos para a implementação das intervenções;

IV – plano de ação social que envolva a qualificação profissional, a geração de renda e o resgate da cidadania.

§ 1º. Deverão ser constituídos em todas as AEIS Conselhos Gestores compostos por representantes dos atuais ou futuros moradores e do Poder Executivo, que deverão participar de todas as etapas do Plano de Urbanização e de sua implementação.

§ 2º. Os proprietários de lotes ou glebas e as entidades representativas dos moradores de AEIS poderão apresentar ao Executivo propostas ao Plano de Urbanização de que trata este artigo.

§ 3º. Para a implementação dos planos de urbanização das AEIS poderão ser utilizados recursos do Fundo Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, com parecer do Conselho Municipal de Planejamento.

Art. 68. O plano de urbanização específica de interesse social deverá possibilitar:

I – a preservação, no que couber, das características locais dos assentamentos, garantidas as exigências técnicas mínimas necessárias à execução de unidades habitacionais, da infra-estrutura básica e circulação de pedestres e veículos;

II – a regularização urbanística, física e fundiária;

III – a garantia da participação efetiva da comunidade envolvida e o usufruto da valorização urbanística;

IV – recuperação de áreas de preservação permanente (APP).

Art. 69. O plano de urbanização específica de interesse social deverá definir e estabelecer, no mínimo, os seguintes parâmetros técnicos:

I – dimensão da moradia, do lote mínimo e do lote padrão, em função da especificidade da ocupação já existente;

II – larguras, declividades e dimensionamento das vias de circulação internas do assentamento, garantindo a circulação de veículos, de transporte coletivo e de carga em pelo menos uma via, com distância compatível para acesso dos moradores;

III – dimensionamento das áreas públicas;

IV – índices e parâmetros urbanísticos de ocupação do solo.

5 Qualidade de Vida Segundo Questionários Aplicados

Para analisar se houve ou não melhoria na qualidade de vida dos mutirantes, ao se mudarem para seu novo lar (Condomínio Vitoria), foi feito uso das respostas obtidas no questionário aplicado, onde foi levantado questões não apenas sociais, mas também

estruturais, dado o fato de terem morado em um local onde não havia a mínima infraestrutura. Em conversas com os mesmos observam-se as condições pré-existentes em comparação com a situação atual.

Desta forma foi analisado, desde a melhoria na renda mensal familiar, até seu conhecimento quando ao novo espaço ocupado, lhes questionando a respeito dos equipamentos urbanos que eles passaram a ter acesso ao se mudarem para um bairro melhor localizado, desta forma observamos na Figura 12 a mudança na renda mensal da família:

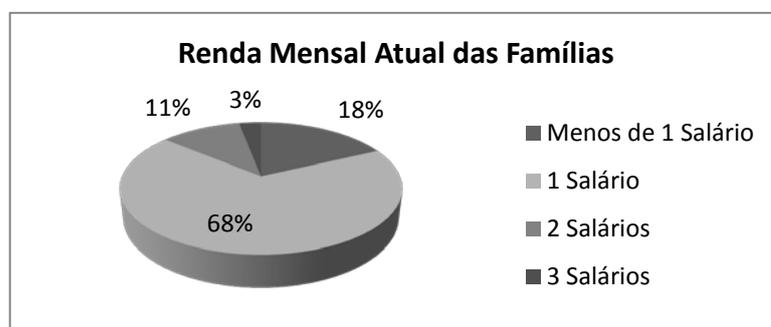


Figura 12 - Renda mensal atual das famílias

Como observamos, grande parte das famílias (97%) passaram a ganhar ao menos 1 salário. Para uma população que era de quase metade de desempregos (45%), o avanço é considerado bom, sendo bem expresso ao se verificar que pelo menos um integrante de cada família tem um emprego formal, o que no passado era difícil de ocorrer, pelo fato de “não terem um endereço” acabavam no emprego informal em sua maior parte como trabalhadores braçais.

Os próprios moradores, em sua maioria, avaliam suas antigas casas como ruim por uma série de fatores, assim em comparação com as novas moradias, vemos na Figura 13 sua insatisfação quanto às antigas moradas. Foi perguntado como eram as antigas casas em comparação com as novas casas, onde foi observado em conversas seu descontentamento com as enchentes que assolavam a antiga área em que moravam, dado ao fato de que se localizava em uma baixa vertente.

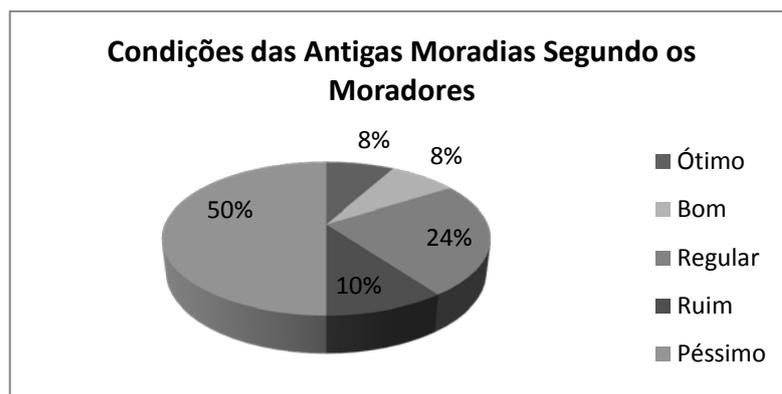


Figura 13 - Condição das antigas moradias na avaliação dos multirantes

É fato que uma resposta desta forma já daria para compreender a situação vivida pelas famílias, porém ainda em conversas ressaltamos alguns aspectos quanto à qualidade de vida dessas pessoas, lembrando que não apenas o problema estrutural dessas pessoas haveria de ser resolvido, mas também os aspectos sociais e de relação com a nova comunidade.

Vemos então na Figura 14 a comparação dos moradores, sobre a moradia antiga em relação à nova, observando se houve alteração nas relações familiares. Vimos que não só melhoraram como também ajudou, pois problemas internos antes gerados por discussões a respeito da condição ou estado de má conservação das casas, que eram constantes entre os familiares no antigo beco. Além disso, houve melhora no sentido de que o condomínio proposto foi feito em forma de mutirão, ou seja, os próprios moradores do Beco da Esperança se organizaram e ajudaram na construção das casas, o que gerou uma certa união entre este grupo de pessoas.

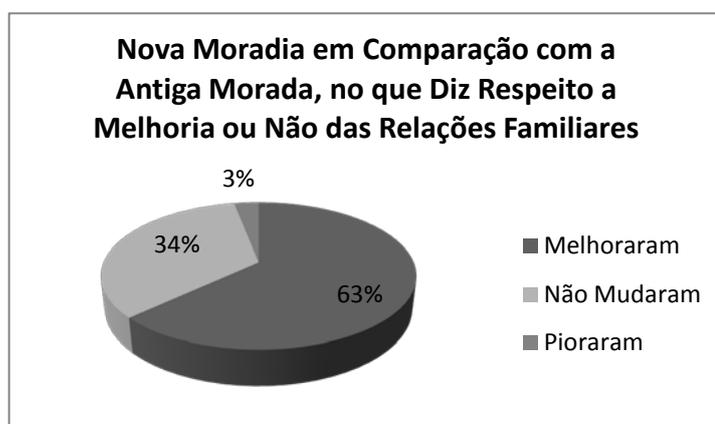


Figura 14 - Nova moradia em comparação com a antiga morada, no que diz respeito a melhoria ou não das Relações Familiares

Através de outros questionamentos, chegamos às melhorias nas relações entre as vizinhanças (Figura 15), seja dentro do condomínio, seja no novo bairro. Assim, foi possível obtivemos algumas reclamações e discussões. Contudo a maioria acha que houve melhoria, dado ao fato de ser um bairro bem populoso, onde eles tiveram a oportunidade de trocar experiências (Figura 15).

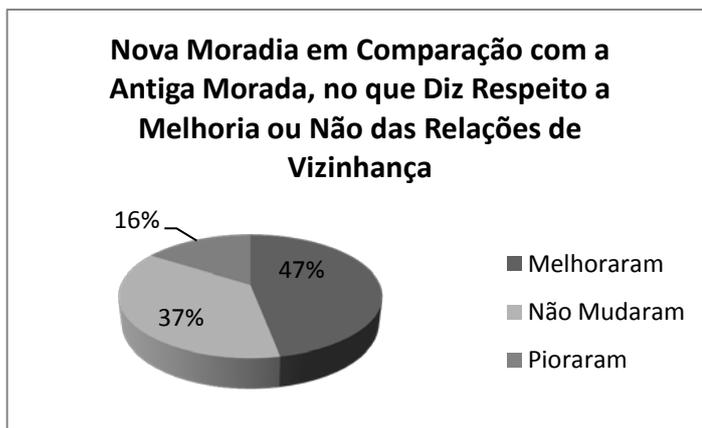


Figura 15 - Nova moradia em comparação com a antiga morada, no que diz respeito a melhoria ou não das Relações de Vizinhança

Contudo ao se tratar de melhoria na saúde, e segurança, os mutirantes acreditam não ter havido grande mudanças (figuras 16, e 17). Porém se formos não apenas olhar o maior valor na Figura 16 veremos que a respeito da melhoria na condição de saúde, uma grande parcela acredita ter ocorrido melhoria. Fato é que em conversas, para os mutirantes hospital é sinônimo de saúde, observando que muitos deles ainda acreditam nessa melhoria, principalmente pelo fato de não terem que enfrentar mais as enchentes em épocas de chuva, que são muito propensas a espalharem doenças.

Outro fator que colocamos em comparação, foi à questão da segurança (Figura 17), que segundo eles não houve tanta melhora assim, por acharem que o bairro oferecido ainda é perigoso, com altos índices de criminalidade. Temos então as figura 16 e 17:

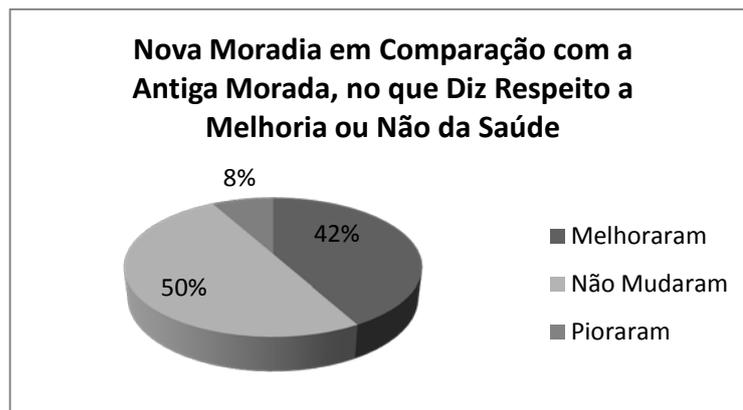


Figura 16 - Nova moradia em comparação com a antiga morada, no que diz respeito a melhoria ou não das Condições de Saúde

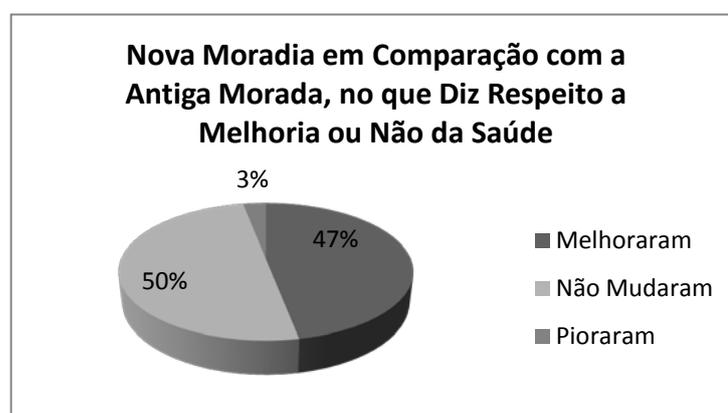


Figura 17 - Nova moradia em comparação com a antiga morada, no que diz respeito a melhoria ou não das Condições de Segurança

Ao debater com estas questões, foi observado que de certa forma as condições dos mutirantes se tornaram melhores, porém ainda há muitas coisas a serem resolvidas. É bom lembrar que este é um projeto para habitação de interesse social, ou seja, teve grande participação dos mutirantes, junto às assistentes sociais e os planejadores, no sentido de analisar junto com a população a melhor estratégia para o projeto, ouvindo opiniões dos mutirantes sobre assuntos como: local de remoção, metros quadrados das casas, observações quanto a lugares que apenas eles conhecem, como deve ser investido o dinheiro do projeto, dentre outras coisas, que deveriam ter sido explicadas e perguntadas aos mutirantes, como forma da participação por interesse social, completando este ciclo de planejamento.

Foram questionados em dois momentos, sobre os conhecimentos dos mesmos para com as atividades promovidas pela Prefeitura durante o processo (figuras 18 e 19). Contudo foi possível ver que grande parte deles (95%) se interou sobre as atividades promovidas e

foram muito úteis no processo como um todo, fazendo uma avaliação positiva dos trabalhos realizados (Figura 19), lembrando que esta é a melhor aproximação entre a população e seus direitos, uma vez que a esfera municipal permite que sua população opine sobre certos assuntos, resgatando o engajamento político que a população deve ter. Temos então na Figura 18 o conhecimento dos mutirantes para com as atividades promovidas:

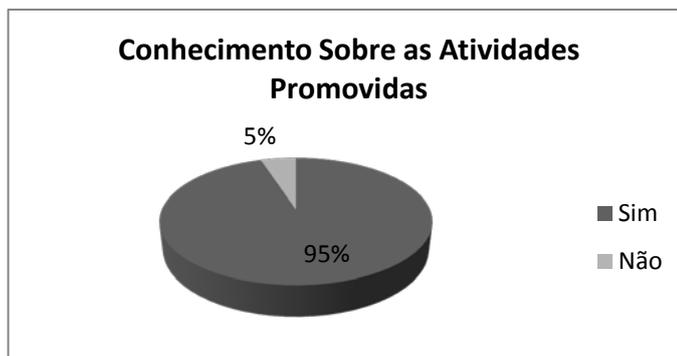


Figura 18 - Conhecimento sobre a realização e participação dos mutirantes no processo de remoção

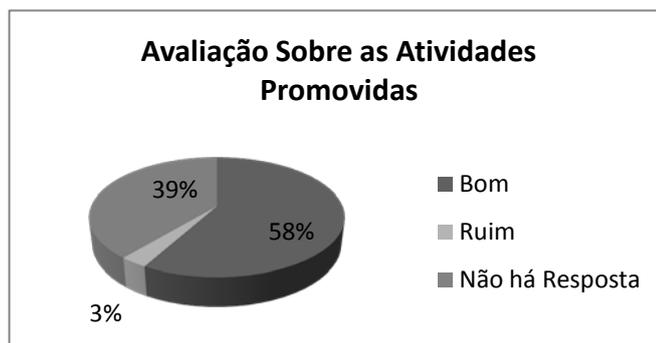


Figura 19 - Avaliação dos mutirantes para com as atividades promovidas durante o processo de remoção das famílias

Com as atividades promovidas, foi de incumbência dos moradores junto aos responsáveis da prefeitura, a escolha da localização da área, dentre as caracterizadas por serem áreas de interesse social.

Foi levantada então a questão síntese desta parte: Você melhorou sua vida? Obtivemos mais de 90% de certeza (Figura 20), ao se lembrar das antigas condições os mutirantes se sentiam menosprezados, se menosprezando muitas vezes, concluindo que com as novas habitações, os novos amigos, os novos equipamentos urbanos, houve uma melhoria substancial na vida dos mesmos.

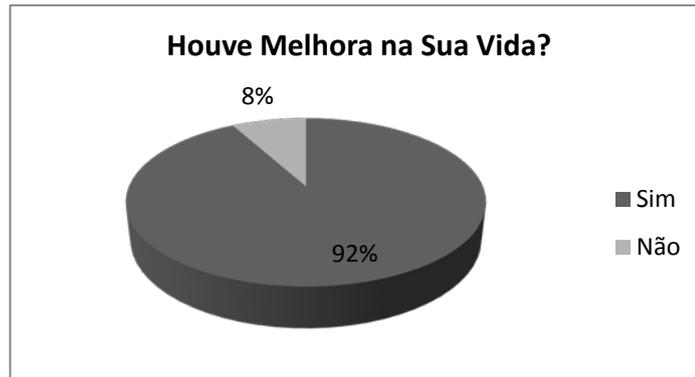


Figura 20- Figura que demonstra se houve ou não melhoria na vida, isto segundo os próprios multirantes

6 Considerações Finais

Podemos lembrar da conceituação de Souza (2002) para com o planejamento ambiental, assim ele diz:

planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para fazê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de tirar partido de prováveis benefícios. (SOUZA, 2002).

Ainda na mesma linha ele adiciona o elemento antrópico ao tratar o planejamento, assim:

no que tange a melhoria da qualidade de vida, ela corresponde à crescente satisfação das necessidades – tanto básicas quanto não básicas, tanto materiais quanto imateriais de uma parcela cada vez maior da população (...) quanto ao aumento da justiça social, trata-se de uma discussão mais complexa, pois esbarra na multiplicidade de possibilidades de entendimento da idéia de justiça social. (SOUZA, 2002).

Souza (2002) ainda explica seu enfoque diferenciado da seguinte forma “pode-se assumir que o desenvolvimento urbano, o qual é objetivo fundamental do planejamento e da gestão urbanos, deixa-se definir com a ajuda de dois objetivos derivados: a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social” (SOUZA, 2002).

A considerar que as ações que envolveram a cidade de Araçatuba, parceiros privados e uma comunidade politicamente engajada resultaram em uma forma de se planejar que contempla a proposta, partindo de ações do poder privado. Através de aspectos legais a

prefeitura buscou a melhor forma de tratado assunto sem ferir a Constituição Federal e sua Lei Orgânica.

A comunidade organizada incorpora o elemento antrópico em seu trabalho, somando-a ao meio e tratando como agente modificador da natureza. Assim foram feitas consultas quando ao planejamento da cidade previsto no Plano Diretor sem ferir o princípio da dignidade humana.

Vemos então neste trabalho, a explicação das ações tomadas, focalizando as teorias de planejamento ambiental aplicando-as ao projeto. Junto a isto ainda pudemos analisar a melhoria da qualidade de vida e uma certa ascensão de 38 famílias beneficiárias do projeto, materializando todo o conceito mostrado neste trabalho.

Concluimos a viabilidade do planejamento sustentável bem feito, seja ele com dinheiro publico ou privado, através de maneiras de manejo que respeitem lei de planejamento e afins, demonstrando a proposta inicial de manejo sustentado de uso do espaço.

CASTELETTO, Hugo Santana; FORTES, Edson. **Ocupação Irregular e revitalização do Beco da Esperança na cidade de Araçatuba – SP**: proposta de manejo sustentado de uso do espaço. *Avesso do Avesso*, Araçatuba, v.9, n.9, p.53-73, nov.2011 .

Referências

ALMEIDA, J. R. **Gestão ambiental**: planejamento, avaliação, implantação e verificação. Rio de Janeiro: Thex, 2000.

ALMEIDA, J. R. et al. **Planejamento ambiental**. Rio de Janeiro: Ed. Thex, 2002.

BARBOSA, Sarah P. **Geografia de Araçatuba**. Instituição Toledo Ensino. Araçatuba: Ed. Das I. T. E., 1970.

BRASIL/CIMA. **O Desafio do desenvolvimento sustentável**: relatório do Brasil para a CNUMAD. Brasília, presidência da Republica, 1991.

BRASIL. Constituição. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Administração municipal para o meio ambiente**: Roteiro Básico. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1993.

CABO, Arthur Rua Del et al. **Desenvolvimento sustentável e planejamento**: bases teóricas e conceituais.1997.

CASTILHO, José Fernando. **O plano local no direito urbanístico brasileiro e comparado.** Tese de doutorado. São Paulo:Fadusp, 1998.

COLEÇÃO ARAÇATUBA 100 anos. Organizado por Cleuza Castilho Peres Franco.

COMISSÃO Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento. **Relatório de Brundtland:** nosso futuro comum. 1987.

DORIA, O. **Município:** o poder local. São Paulo: Scritta Editorial, 1992.

FIGUEIREDO, C. A. **A questão ambiental no Brasil.** IG/USP, 1985.

LEI Complementar nº168 de 6 de outubro de 2006 de Araçatuba. Prefeitura Municipal de Araçatuba, 2006.

LEI Orgânica do Município de Araçatuba. Prefeitura Municipal de Araçatuba, 1996.

PLANO DIRETOR do Município de Araçatuba. Prefeitura Municipal de Araçatuba, 2006.

SANTOS, R. F. dos. **Planejamento ambiental:** teoria e prática. São Paulo: Oficina de Texto, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TAUK, S. M. **Análise ambiental:** uma visão multidisciplinar São Paulo: Ed. UNESP – FAPESP, 1991.